



Relatório Síntese da Reunião do Forpred – Mestrado Profissional Recife, Park Hotel, 05/08/2013

Número de Mestrados Profissionais representados: 15 (quinze)

Horário: 18:30 às 21:00h.

- O Coordenador do Forpred destacou que a reunião com coordenadores de Mestrados Profissionais – MPs foi proposta pela coordenadora do MP/Unisinos, cuja proposta foi acolhida tendo em vista a necessidade de maior conhecimento e aprofundamento dos MPs, que já são 23 na área de Educação. Informou que cabe ao Forpred criar espaços de discussão sobre MP e de delineamento de intervenções que se fazem necessárias, tendo em vista a necessidade de assegurar que os Cursos de MP da área de Educação sejam desenvolvidos com um padrão de qualidade satisfatório. Destacou que todas as propostas aprovadas assim o foram porque eram propostas articuladas e com corpo docente formado por doutores, com produção. Destacou que a Área de Educação é altamente rigorosa no processo de análise de APCNs e que os cursos de MPs aprovados foram aprovados por possuírem méritos.

- Informou que a pauta definida para a reunião é "Discussão das demandas específicas relacionadas aos Mestrados Profissionais da área de Educação".

- O Prof. Jefferson destacou que, no passado, havia o receio de o MP fossem predominantemente ofertados em instituições privadas, o que não se efetivou, uma vez que a maioria deles é ofertada (na área de Educação), em instituições públicas, sendo 13 em Instituições Federais, 7 em estaduais e 3 em particulares.

- Informou que na reunião da SBPC – 2013, houve uma mesa redonda sobre MP, proposta pela ANPEd. Nessa mesa, Leda Scheibe e Jefferson Mainardes debateram sobre o MP e a formação de professores. Naquele evento, o coordenador do Forpred destacou: a) o tratamento diferenciado da CAPES para os mestrados profissionais propostos pela Capes (professores das redes públicas com bolsa) e os demais MPs com alunos sem bolsa; b) a dificuldade que os MPs da área de Educação têm enfrentado, em virtude da falta de recursos, uma vez que os MPs não recebem verbas do Proap; c) alguns dos MPs em rede, da Capes, foram desenvolvidos por instituições científicas e priorizam o aspecto da atualização e aprofundamento do conhecimento disciplinar específico. A formação pedagógica não é considerada em algumas propostas. Informou que na Área de Educação, a preocupação é com a relação teoria-prática e com a formação disciplina estreitamente relacionada à formação pedagógica.

- Reconheceu que, mesmo diante dessas adversidades e dificuldades, o número de MPs vem crescendo.
- Destacou que o conhecimento acerca do MP é ainda bastante inicial no âmbito do Forpred e que é importante discutir as experiências, dúvidas e possibilidades.

Discussões realizadas

- A coordenadora do MP Uneb (Gestec) apresentou que vivencia resistências quanto à falta de entendimento sobre o que seja o MP no âmbito de sua instituição e da própria ANPED. Relatou que observa uma desqualificação do MP, principalmente devido ao pouco entendimento sobre o que é MP. Destacou que MP agrega os pressupostos epistemológicos da educação e a intervenção social. Destacou que tal desqualificação é histórica. Destacou a falta do PROAP e o fato da Ficha de Avaliação do MP ser a mesma do acadêmico. Destacou que no Mestrado profissional há a possibilidade de muitos produtos diferentes da dissertação, mas que a Ficha de Avaliação não considera esta questão. Apontou que, conforme a Portaria 17, o profissional que tenha uma larga experiência em determinada área pode ser coorientador e que a ficha de avaliação não leva isso em conta para o profissional. Disse que a CAPES precisa reconhecer os mestrados profissionais como programas Stricto Sensu sem distinção dos acadêmicos, explicitando o que ela quer com e dos mestrados profissionais. Informou que sua instituição tem 150 alunos em formação e que o descaso da CAPES reflete nestes alunos. Sobre a natureza dos trabalhos de conclusão de curso salientou que os colegas do acadêmico os discriminam, como não sendo “simples relatórios técnicos”.

- O coordenador do MP/UnB disse que a área entrou tardiamente no MP. O preconceito pode advir da ideia equivocada de alguns que uma especialização de qualidade já resolveria o problema que o MP visa resolver. Diz que os próprios instrumentos de avaliação não acompanharam o surgimento tardio, específico e até forçoso da área com os profissionais. Disse que a falta do PROAP só é um sintoma do descaso. Informou que no projeto de sua instituição há financiamento por parcerias mas, que de fato, o financiamento é um problema. Disse que a Capes foi clara no início, ao dizer que os MP deveriam ser sustentáveis. Destacou que em sua instituição parecerias buscam justamente as aplicações dos trabalhos finais, que não necessariamente precisam ser dissertações.

- A coordenadora do PPGE/UFBA destacou que a grande questão é a coordenação dos cursos ter que ficar gerindo projeto atrás de projeto, para que os programas de MPs tenham sustentabilidade, já que as demandas vem específicas de cada município e regiões dos Estados.

- A partir dos questionamentos feitos, o coordenador do Forpred destacou que a ANPED buscou uma intervenção junto ao Ministro da Educação, solicitando que os MPs fossem discutidos. Lembrou que o PROEB indicava que todos os alunos teriam bolsa. Informou que não reunião geral dos PPGEs, a Presidente da ANPEd terá

informes sobre a questão. Destacou que é essencial que o financiamento e as responsabilidades sobre o MP seja definida.

- A representante do MP/Unipampa disse que o Curso de sua instituição tem equacionado os problemas, estabelecendo parcerias com as demandas dos conselhos, secretarias e outras instituições educacionais.

- O coordenador do MP/Uninove disse que o MP de sua instituição foi recomendado no final de 2011. Destacou que a discussão polêmica do MP é que a área “engoliu” os profissionais, mais ainda não os “digeriu” e que muito ainda vai mudar. Reconhece que a presente reunião como um marco dessas mudanças. Destaca que em sua instituição os MPs já alcançaram o número dos mestrados acadêmicos e deve crescer ainda mais. Quanto à natureza do MP, disse que planejam um evento nacional na Uninove, sobre os mestrados profissionais em educação, para 2014 e que avisará em breve. Informou que muito já se foi discutido na Uninove “sobre o que são e para o que são” os MPs. Destacou que os MPs estão vinculados à intervenção e que o ponto forte é, justamente, a intervenção e a prática. Na educação, o foco do profissional é a Educação Básica. Destaca que o *stricto sensu* na Uninove é 100% gratuito. Diz que se preocupa com a reformulação do Documento de Área que está em andamento, por ficarmos reféns do entendimento que, por analogia, aplicarão os critérios avaliativos do acadêmico sobre o MP. Destacou que precisa ser explicitado, no Documento de Área, o espaço do Profissional, suas especificidades na área de educação e sua atuação. Deixa a proposta de tendo acesso ao Documento de Área que pudéssemos fazer propostas, já que a versão vista por ele, não apresentou mudanças.

- A coordenadora do MP/Unisinos disse que está iniciando o segundo semestre no Mestrado em Gestão Educacional. Falou que os problemas apresentados são comuns. Comentou sobre o desprestígio das ciências humanas em comparação com outras áreas e, da mesma forma, o desprestígio da formação pedagógica. Destacou que no Brasil é possível ver a carga pejorativa sobre os MPs. Destacou a importância de alcançar um espaço para os mestrados profissionais na ANPED. Que as produções ainda são novas na área e na modalidade e que precisam buscar discussões sobre a importância de pesquisa e intervenção. Sente falta de conseguir assegurar isso mais teoricamente.

- O coordenador do Forpred destacou que a mesa do Forpred na ANPED é sobre ética na pesquisa. Informou que repassará a questão para a ANPED no sentido de verificar se é possível criar mais algum espaço para discutir o MP.

- A coordenadora do PPGE/UFBA disse que precisamos fazer as discussões ultrapassarem o espaço do grupo de coordenadores de MPs em Educação que na presente data inaugurou, no âmbito da ANPED, as discussões sobre os profissionais, para os profissionais não ficarem de fora e nem em paralelo das discussões do acadêmico na ANPED. Destacou que o MP precisa estar integrado aos demais programas e discussões.

- Uma das representantes da UNEB compartilhou preocupações e inquietações do momento inicial do MP em Educação de Jovens e Adultos. Destacou o desprestígio da CAPES, que reflete na falta de financiamento das instituições, dos programas da área de educação e da área de educação de jovens e adultos que já é uma área estigmatizada historicamente. Disse que algumas secretarias de educação estão entendendo que os MPs são exclusivos para professores da Educação Básica. Que os próprios interessados muitas vezes já têm preconceito e pensam que o processo seletivo é facilitado e o curso acelerado. Destaca a importância da proposta do mestrado profissional gerar um produto de conclusão de curso que vá além das dissertações, que muitas vezes, depois de prontas, são simplesmente engavetadas. Deixa uma proposta de encaminhamento de construirmos um documento para alcançarmos um espaço na ANPED para que as discussões não fiquem restritas ao grupo de coordenadores de mestrados profissionais que estava inaugurando, naquele ato, as discussões sobre a implementação e coordenação do mestrado profissional na ANPED.

- Uma outra representante da Uneb propôs que seja elaborado um documento sobre MO para ser apresentado na reunião de Goiânia. O documento pode ter o objetivo de esclarecer e levar consciência aos pares para alcançar a valorização e o reconhecimento do MP por partes do acadêmico que ainda o rejeitam.

- O coordenador do Forpred informou que a proposta necessita ser aprovada pela plenária do Forpred. Informou que é possível definir uma comissão.

- A representante do PPGE/UFBA colocou em questão que teorizar e praticar é uma questão humana. Que o mestrado profissional e o acadêmico têm as duas dimensões. Destacou que o MP precisa ser o mais diferente possível do acadêmico. Não temos a necessidade de sermos iguais e não somos inferiores. Que a falta de investimento acaba não sendo uma verdade, já que temos colegiados diferentes, mas que atuam juntos. Que sua instituição vive o percalço de ter planejado o curso com a promessa que os mestrados teriam bolsas.

- A representante do MP/Unipampa disse que a desvalorização do MP não foi inventada pela CAPES, que é um reflexo do desconhecimento de alguns, que os Estados Unidos e a União Europeia já superaram isso. Disse que não entende a desvalorização, já que dentro dos MPs os mestrados acabam sendo duplamente exigidos, nas dimensões teóricas e intervencionistas.

- O coordenador do MP/UNIR comentou que não percebe em sua instituição o desprestígio do MP, desconhecimento ou preconceito dos pares do acadêmico. Que o mestrado profissional em sua instituição nasceu de colegas atuantes no acadêmico. Que o projeto foi por duas vezes reprovado e estruturalmente reformulado para conseguir a recomendação da CAPES em 2013. Que os professores reconheciam o mérito do MP, porém, que a falta de PROAP e das bolsas fazem com que a administração superior

tenha reservas quanto ao MP, já que este gera demandas materiais que dificilmente conseguem ser supridas, sem os recursos destinados especificamente para ele. Destacou que o trabalho de conclusão de curso pode não ser uma dissertação, mas que deve ser desenvolvido, gerado e escrito dentro dos princípios científicos e apresentado a uma banca. Que o mestrado profissional tem público diferente do acadêmico, que o profissional deve visar a formação dos professores da educação básica, que já estejam em serviço nas redes públicas. Que o diploma do profissional dá os mesmos gozos e prerrogativas do acadêmico. Que, como coordenador de um curso em implantação e sem financiamento federal, passa por dificuldades com as parcerias do governo do estado e dos municípios que têm demandas de formação, mas que não se apresentam com a contrapartida para o funcionamento do curso, entendendo que a Universidade Federal deve dar conta do profissional, como do acadêmico, ao ignorarem as condições ou falta de condições para a realização dos mestrados profissionais em educação pelas universidades públicas. Destaca que a falta de fundação de apoio à instituição também é um dificultador para captar e gerenciar os recursos do advindos parceiros.

- A coordenadora do MP/IFSUL destacou que os MP são diferentes e entendia que os profissionais não devem ser uníssonos. Falou da realidade precária dos professores das redes públicas e que a bolsa é o maior problema. Que registra a dificuldade de alguns mestrados do MP de sua instituição, em virtude dos salários baixos que recebem na condição de professores da Educação Básica.

- A coordenadora do MP/UFU relatou o caso do curso de sua instituição ter sido enviado para área interdisciplinar e que dentro da CAPES foi redirecionado para a área de Educação. Embora haja um estranhamento, está posto que as frentes são muitas e que é necessário a construção de documentos que orientem os pares.

- O coordenador do Forpred sinalizou que na reunião do dia seguinte, com todo o Forpred, deveriam ser aprovados os nomes dos membros da comissão para elaborar o documento dos mestrados profissionais. Após discussões, a proposta de Comissão, a ser apresentada na plenária do Forpred é a seguinte: Tania Maria Hetkowski (UNEB), José Lucas Pedreira Bueno (UNIR), Cristhianny Barreiro (IFSUL), Wanderlei Barbosa (UFLA), Bernardo Kipnis (UnB). A Comissão possui representantes das 5 regiões e de programas mais antigos e mais novos.

- Sugeriu-se que o documento seja de natureza informativa, com dados atuais, que contemple os desafios do MP, as necessidades, as questões que precisam ser aprofundadas/pesquisadas.

- O coordenador do Forpred informou que repassará pela lista do Forped, os dois documentos principais do Forpred/Anped sobre MP.

Recife, 5 de agosto de 2013.

Relatório elaborado pela Coordenação do Forpred, a partir dos registros feitos por José Lucas Pedreira Bueno / UNIR.